

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E
HABITAÇÃO – SST
DIRETORIA DE TRABALHO E EMPREGO

TEXTO PARA DISCUSSÃO nº 2 de 2012

**JUVENTUDE E TRABALHO EM SANTA CATARINA:
UM BALANÇO PRELIMINAR SOBRE O PANORAMA RECENTE
(DO SÉC. XXI)**

Elaboração:

Leandro dos Santos – sociólogo, Msc em Sociologia Política.

Pietro Caldeirini Aruto – economista.

Tânia Raitz – socióloga, Dra. Em Educação

Florianópolis, abril de 2012.

APRESENTAÇÃO

A preocupação acerca da instituição de políticas públicas direcionadas à população jovem constitui-se em uma das questões sociais de especial relevância no contexto do Brasil contemporâneo. No espectro de ações necessárias, a relação entre juventude e trabalho merece atenção redobrada. Isso porque ao tratar as questões condizentes ao mundo do trabalho se articulam outros tantos pontos importantes da agenda pública, como educação, desenvolvimento econômico, combate à pobreza e à exclusão social, segurança pública, entre outros.

A juventude, classificada habitualmente para efeitos de pesquisa e elaboração de políticas públicas como a parcela da população situada na faixa entre 15 a 24 anos de idade¹, em sua condição de trabalhadores em Santa Catarina, é o tema deste breve relatório, produzido pelo setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho, vinculado à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST.

Na primeira seção são trazidos à luz alguns indicadores gerais sobre a condição dos jovens em relação ao mundo do trabalho em Santa Catarina. Nesse quesito foram analisados os dados primários provenientes da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD/IBGE. Ao objetivar o panorama da primeira década do século XXI, optou-se como recorte temporal os anos de 2001 e 2009 (sendo este último a PNAD mais recente). Já na segunda seção aborda-se a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal em Santa Catarina, cobrindo a primeira década do século XXI e a dinâmica recente. Para tanto, trabalhou-se com dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – CAGED, ambos disponibilizados pelo Ministério de Trabalho e Emprego – MTE.

¹ Em algumas situações, vem-se colocando a necessidade de incorporar à categoria “jovem” a população compreendida na faixa etária entre 24 e 29 anos. As justificativas alegadas para tal incorporação decorreriam, por um lado, de uma expansão na expectativa de vida para a população em geral, e por outro, das dificuldades na obtenção de autonomia por parte desta população jovem no contexto contemporâneo do mundo do trabalho.

INDICADORES GERAIS DA INSERÇÃO JUVENIL NO TRABALHO EM SANTA CATARINA

A população jovem em Santa Catarina correspondeu a 17,8% da população total no Estado, segundo os dados da pesquisa censitária realizada em 2010. Isso equivale ao montante de 1.110.844 pessoas compreendidas na faixa entre os 15 e 24 anos de idade. Ao comparar com os dados da pesquisa anterior, realizada no ano 2000, observa-se que nesta última década a proporção dos jovens na população total decaiu 1,2%.

Essa diminuição na proporção dos jovens faz revelar, aqui no Estado catarinense, um processo de maior concentração demográfica na faixa etária adulta. Este processo pode estar atrelado a dois fenômenos sócio-demográficos: por um lado, àquilo que se denomina como “envelhecimento populacional” – e que se reflete também a nível nacional –, ocasionado pela diminuição das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida; e por outro lado, aos fatores relacionados à migração interestadual, cujo incremento demográfico poderia estar mais acentuado na população adulta.

Ao observar tanto os valores da População jovem em Idade Ativa (PIA) – que significa a população com 10 anos ou mais de idade – quanto da População jovem Economicamente Ativa (PEA), percebe-se o mesmo processo de decréscimo na proporção de jovens sobre os respectivos indicadores para a população em geral, tal qual anteriormente mencionado em relação ao conjunto total da população (tabela 1).

Ainda que em termos absolutos o número total de jovens no universo da PIA e da PEA tenha sofrido um pequeno aumento entre os anos de 2001 a 2009, a proporção de jovens decaiu em ambos os casos: a participação na PIA foi de 23,3% para 20,1%, e na PEA caiu de 24,6% para 22,2% - entretanto, neste caso, intervêm outros fatores inerentes ao funcionamento do mercado de trabalho. Tanto na PIA quanto na PEA, o crescimento dos jovens foi menor que o crescimento do resto da população em idade adulta: enquanto na PIA o aumento dos jovens foi de 0,09% ao ano, entre os adultos a variação foi 2,85%; já na PEA o crescimento juvenil foi de 1,17% ao ano, na população adulta a variação correspondeu a 3,11% ao ano.

TABELA 1: Indicadores gerais dos jovens no mundo de trabalho – Santa Catarina, 2001 e 2009

Indicadores	2001		2009	
	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos
PIA	1.069.185	3.012.412	1.077.032	3.772.565
Proporção da PIA jovem na PIA total (%)	23,3	*	20,1	*
PEA	730.825	2.160.181	802.401	2.760.023
Proporção da PEA jovem na PEA total (%)	24,6	*	22,2	*
Taxa de Participação (%)	68,4	71,7	74,5	73,2
Taxa de Formalidade (%)	55,8	57,8	66,9	71,5
Taxa de Desocupação (%)	8,9	2,6	11,5	3,4
Homens (%)	8,5	2,2	9,4	2,2
Mulheres (%)	9,5	3,1	14,3	4,8

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho, DITE/SST/SC.

Conforme visto anteriormente, o crescimento da PEA jovem foi bem superior ao da PIA juvenil. A taxa de participação juvenil, medida pelo total daqueles que se encontram economicamente ativos sobre o total dos jovens que se situam em idade ativa (PEA/PIA), auxilia no dimensionamento da inserção juvenil nas relações do mundo do trabalho. Quando comparado os valores de 2009 com os de 2001, observa-se um expressivo aumento da participação dos jovens na condição de economicamente ativos. A taxa de participação que em 2001 era de 68,4% subiu para 74,5%. Isso significa que de 100 pessoas com idade entre 15 a 24 anos, aproximadamente 75 encontravam-se trabalhando ou procurando trabalho.

A taxa de participação, entretanto, serve para medir a presença no mercado de trabalho, não respondendo exatamente sobre a efetiva inserção, isto é, sobre a conquista e manutenção de um posto de trabalho. Nesse sentido, como veremos, o aumento da taxa de participação entre os jovens se deu concomitante aos altos índices de desemprego.

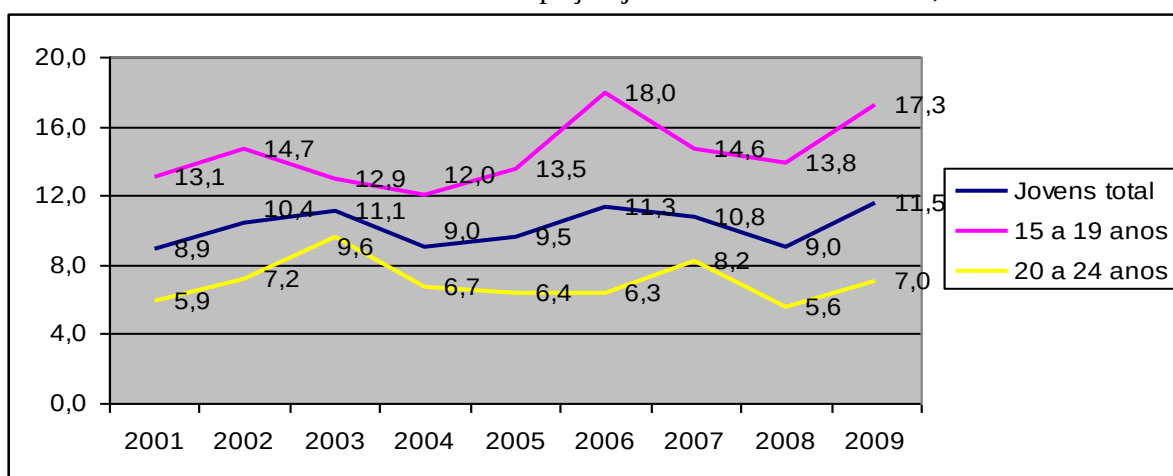
Ao considerar as taxas de desocupação para os anos de 2001 e 2009, percebe-se inclusive uma elevação na proporção de jovens que, sem ocupação, estavam à procura de emprego. Em 2001, a taxa de desocupação para o total dos jovens que se contabilizou em 8,9%, ficou estimado em 11,5% para o ano de 2009 – nesse intervalo temporal a taxa jamais atingiu um patamar abaixo dos 9 pontos percentuais para aqueles com idade entre 15 a 24 anos (ver gráfico 1).

O desemprego juvenil, já mais elevado que a taxa da população de desemprego da população adulta, que em Santa Catarina foi de 3,4% em 2009, afeta ainda mais fortemente

as mulheres do que os homens – quando comparada com o ano de 2001, apenas entre homens adultos a taxa permaneceu estável. No último ano de realização da PNAD, por exemplo, enquanto o desemprego atingia 9,4% do estrato juvenil masculino, entre as mulheres a taxa alcançou expressivos 14,3%.

No que se refere especificamente à elevação da taxa desocupação em 2009, esta teve forte relação com os efeitos da crise econômica internacional que repercutiu sobre o mercado de trabalho, e pode-se apurar que em momentos de retração econômica os estratos populacionais que mais facilmente sofrem o impacto são constituídos por jovens e mulheres. No entanto, mesmo dentro de um panorama geral de crescimento econômico, no período entre 2001 a 2009, também se observou que a taxa de desocupação juvenil manteve-se sempre alta. Sendo assim, uma maior expectativa de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens, poderia ser uma possível explicação para a elevação nas taxas de desemprego juvenil. Numa conjuntura econômica positiva, os jovens poderiam estar mais inclinados a procurar emprego, tendo em vista maiores chances de consegui-lo

GRÁFICO 1: Taxa de desocupação juvenil - Santa Catarina, 2001 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE. Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho, DITE/SST/SC

Em correspondência à elevada taxa de desemprego juvenil quando comparado com a taxa da população adulta, o número total de jovens ocupados cresceu em média a um ritmo bem inferior ao registrado para o resto da população: de 0,80% ao ano entre os

jovens, sendo que entre os adultos o crescimento foi de 3%, no período entre 2001 a 2009, segundo os dados do último levantamento da PNAD (ver tabela 2).

Já a taxa de formalidade² dos postos de trabalho ocupados por jovens (ver tabela 1) é um bom indicador que ajuda a medir certo grau de qualidade das condições e relações de trabalho, uma vez que sob a formalidade a atividade laboral encontra-se alcançada por determinadas garantias e direitos trabalhistas. A esse respeito, no interstício dos últimos anos, nota-se, em sintonia com o desempenho geral do mercado de trabalho brasileiro, um expressivo aumento na formalização das atividades executadas por jovens: ao elevar-se de 55,8% em 2001 para 66,9% em 2009, a taxa de formalidade para o total dos jovens subiu em 11% no período em questão.

No que diz respeito à posição na ocupação, a maior parte dos jovens encontra-se na categoria de ‘empregados’ (78,5%), seguido dos ocupados ‘não remunerados’ (9%) e daqueles que trabalham por ‘conta própria’ (7,2%), conforme os dados para 2009. Quanto à variação, em três das categorias houve redução no número de ocupados entre 2001 e 2009: ‘próprio uso e consumo’, ‘trabalhadores domésticos’ e ‘não remunerados’. Interessante notar que a posição na ocupação em que se registrou uma maior variação relativa entre os jovens foi na categoria de ‘empregadores’ e ‘conta própria’.

TABELA 2: Ocupados e posição na ocupação dos jovens por faixas de idade

Ocupados e Posição na ocupação	2001			2009		
	Total	15 a 19	20 a 24	Total	15 a 19	20 a 24
Ocupados	665.802	268.175	397.627	709.864	291.950	417.914
Empregados (%)	72,1	65,0	76,8	78,5	77,9	78,9
Trabalhadores domésticos (%)	4,7	4,1	5,1	2,8	3,7	2,1
Conta própria (%)	6,1	3,4	7,8	7,2	4,9	8,9
Empregadores (%)	1,5	0,9	1,9	2,2	0,4	3,4
Trabalhadores na construção para o próprio uso (%)	*	*	*	0,1	0,2	*
Trabalhadores na produção para o próprio consumo (%)	1,0	0,9	1,0	0,3	0,2	0,3
Não remunerados (%)	14,8	25,7	7,4	9,0	12,7	6,4

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho, DITE/SST/SC

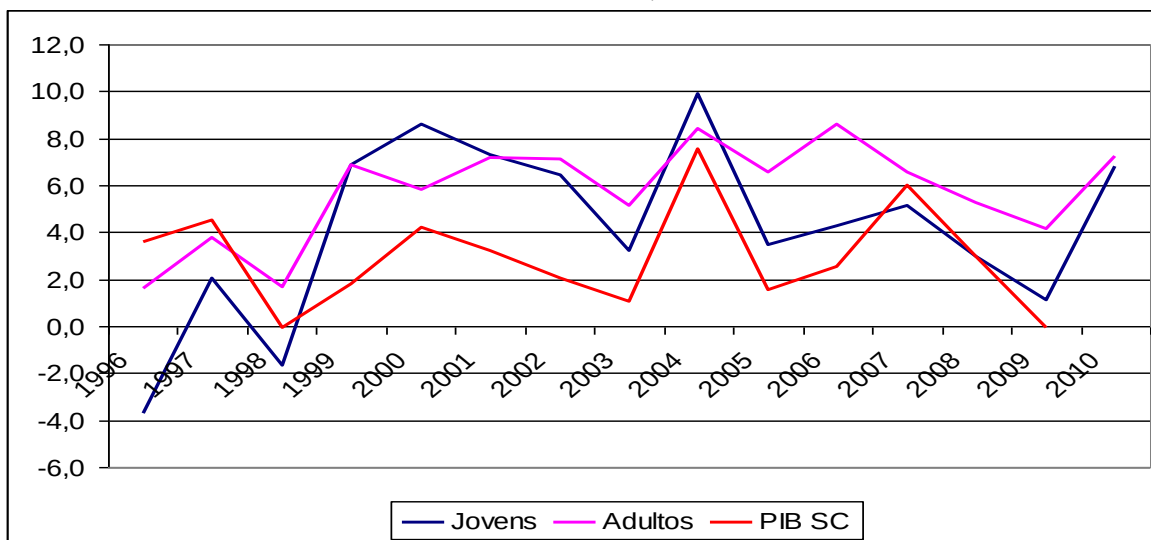
² A taxa de formalidade foi definida como a proporção dos ocupados que contribuíram para o Instituto de Previdência Social no trabalho principal.

OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA

Conforme visto na seção anterior, a participação dos jovens no mercado de trabalho se deu de maneira complexa, com redução na participação do mercado de trabalho, porém, com ampliação dos postos ocupados com vínculos formais. Em 2009, segundo os dados mais recentes, 67% dos jovens contribuíram para o instituto de previdência no trabalho principal.

A maior participação dos jovens catarinenses no mercado de trabalho formal ocorreu de forma singular nesses últimos 15 anos. O ingresso desse contingente, de maneira geral, se deu em um patamar inferior ao apresentado pelos trabalhadores adultos como um todo: entre 1995 e 2010, a expansão dos jovens foi em média de 4% ao ano, enquanto que para o restante dos trabalhadores a expansão foi de 5,7% a.a. Essa trajetória foi marcada por um comportamento anual específico, segundo exposto no gráfico 2.

GRÁFICO 2 :Variação % ao ano dos jovens e adultos com carteira de trabalho assinada e do PIB– Santa Catarina, 1996 a 2010



Fonte: RAIS/MTE; IBGE/Contas Regionais

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho – DITE/SST/SC

De 1995 a 2010, o crescimento relativo dos jovens sob vínculo formal ultrapassou ou se manteve muito próximo ao dos adultos somente em três ocasiões: em 2000, 2004 e 2010. Ao se confrontar esse movimento com o crescimento do PIB catarinense, constata-se

que foram justamente nesses anos que a economia catarinense obteve um maior crescimento econômico³. Tal dinâmica indica que a maior absorção dos jovens está atrelada ao ritmo de expansão das atividades econômicas, onde os jovens atuam como segmento a ser incorporado à medida que a demanda por mão-de-obra extravasa o perfil de trabalhadores tradicionalmente requeridos. Em outras palavras, os jovens atuam como uma reserva excepcional de força-de-trabalho, cuja incorporação fica em função do ritmo das atividades econômicas. A forte desaceleração da economia catarinense no biênio 2008-09 dá sinais disso, quando o crescimento das ocupações formais juvenis apresentou uma queda significativa.

A Tabela 3 a seguir mostra a variação do estoque de empregos nos subsetores de Santa Catarina, de 2000 a 2010, segundo a faixa e gênero. Na análise comparativa de 2000 para 2010, se constata um acréscimo de 63,1% no estoque dos vínculos empregatícios para os jovens, percentual inferior ao verificado no estoque dos adultos que obtiveram um aumento de 89,6% no mesmo período.

Nota-se uma diminuição de 2,8 pontos percentuais na participação dos jovens no total dos trabalhadores de 2000 para 2010, conseqüentemente se observa um aumento na mesma proporção para os demais trabalhadores. A análise da participação do estoque por subsetor revela que o Comércio Varejista apresentou o maior estoque de empregos, tanto para os jovens como para o restante dos trabalhadores, entretanto, a maior participação foi para os adultos. Neste subsetor, verifica-se nos últimos 10 (dez) anos um acréscimo expressivo de 5,35% ao ano no estoque de empregos para homens jovens e 8,21% para as jovens mulheres, mesmo assim, inferior aos percentuais apresentados para os demais trabalhadores no mesmo subsetor.

Outro ramo de atividade econômica que se sobressaiu em relação aos vínculos empregatícios foi a Indústria Têxtil, apresentando um percentual próximo para os jovens homens e mulheres; mesmo assim, inferior aos demais trabalhadores. O desempenho negativo foi verificado no subsetor da Indústria da Madeira e Mobiliário, especialmente em relação à participação do estoque para os jovens homens nos últimos 10 (dez) anos.

³ Cabe ressaltar que os dados das contas regionais do IBGE cobrem o período até 2009. Mesmo assim, diante do aumento do emprego e da economia brasileira como um todo, é de se esperar um crescimento expressivo no ano de 2010.

TABELA 3 : Vínculos formais de emprego por jovens, adultos e gênero segundo subsetores econômicos (em %) – Santa Catarina, 2000 e 2010

Subsetores	2000				2010			
	Jovem (em %)		Adulto (em %)		Jovem (em %)		Adulto (em %)	
	masculino	feminino	masculino	feminino	masculino	feminino	masculino	feminino
Extrativa Mineral	0,4	0,1	0,9	0,2	0,4	0,0	0,7	0,1
Prod. Mineral Não Metálico	3,1	1,1	2,7	0,8	2,5	0,8	2,6	0,7
Indústria Metalúrgica	4,3	0,8	3,5	0,6	4,9	1,0	4,1	0,8
Indústria Mecânica	2,6	0,7	3,1	0,7	4,0	1,1	3,7	1,1
Elétrico e Comunic	1,5	0,9	1,1	0,6	2,3	1,0	1,4	0,6
Material de Transporte	1,2	0,2	1,1	0,1	1,5	0,4	1,2	0,3
Madeira e Mobiliário	10,0	3,5	7,2	2,3	4,4	2,0	4,4	2,1
Papel e Gráf	2,7	1,2	2,1	0,7	2,0	1,1	1,9	0,8
Borracha, Fumo, Couros	0,9	0,7	0,7	0,4	1,0	0,8	0,8	0,6
Indústria Química	3,8	2,3	2,6	1,3	3,5	2,5	2,5	1,8
Indústria Têxtil	7,7	20,7	5,2	14,1	8,0	16,0	4,9	12,0
Indústria Calçados	0,5	0,7	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,5
Alimentos e Bebidas	7,0	6,1	5,1	4,4	6,0	6,7	4,8	6,1
Serviço Utilidade Pública	0,3	0,1	1,8	0,5	0,4	0,2	1,5	0,4
Construção Civil	4,4	0,6	5,6	0,5	6,1	0,7	7,9	0,7
Comércio Varejista	19,1	24,6	11,5	12,4	22,2	28,0	13,2	15,3
Comércio Atacadista	3,6	2,3	3,0	1,4	5,0	3,4	3,9	2,4
Instituição Financeira	0,5	1,0	2,0	2,0	0,8	1,6	1,3	1,7
Adm Técnica Profissional	8,6	8,0	8,0	5,7	7,9	9,7	9,0	7,3
Transporte e Comunicações	4,6	1,8	6,7	1,3	5,2	2,0	8,1	1,9
Aloj Comunic	6,9	10,4	5,2	12,3	6,1	9,7	5,0	11,5
Médicos Odontológicos Vet	0,6	4,2	0,7	5,2	0,4	3,5	0,7	4,6
Ensino	0,7	2,8	2,2	5,3	0,8	2,6	2,7	5,0
Administração Pública	1,7	3,8	13,9	25,5	1,5	3,2	10,3	20,4
Agricultura	3,3	1,2	3,8	1,3	2,4	1,3	3,0	1,3
Total	175.023	105.085	494.936	302.573	253.375	203.587	853.964	658.319

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho, SST/DITE/SC.

A elevação do nível de rendimento médio real dos trabalhadores é um importante indicador do mercado de trabalho, uma vez que significa, por parte do trabalhador, um maior nível de bem-estar por possibilitar um potencial acesso a bens e serviços que podem ser usufruídos na busca por melhores condições de vida. Isso ganha maior relevância quando se tem em conta o baixo nível histórico de remuneração dos trabalhadores brasileiros e a necessidade crescente de se buscar serviços vitais por meio do mercado.

No caso dos jovens, essa dimensão deve ser analisada tendo em vista que os rendimentos possuem uma função específica, concernente ao modo de inserção do jovem no mundo do trabalho. Em primeiro lugar, o patamar de remuneração deles é ainda menor do que o do resto dos trabalhadores (em virtude da sua inserção em postos de trabalho

precarizados, aliados a pouca experiência e sua qualificação profissional aquém do socialmente estabelecido). Além disso, parte dos seus rendimentos muitas vezes se destina a complementar o rendimento familiar. Por último, os jovens (ou pelo menos partes destes que assim podem) devem comprometer uma parte da sua renda, ainda, em busca de maior qualificação, situação potencial essa a ser usufruída pelas futuras empresas que lhe contratarão. Diante de todos esses obstáculos, a permanência do jovem no mercado de trabalho, bem como a qualidade desta, passa por aumento sistemático no nível de remuneração real.

TABELA 4: Rendimento mensal real em dezembro (INPC de fevereiro de 2011) dos vínculos formais de jovens e adultos segundo faixas de rendimento e setores de atividade - Santa Catarina, 2001 e 2010

Itens	2001		2010		Var. %	
	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos
% Faixa Salarial (em Sal. Mínimos)						
Até 1,0	5,3	2,7	5,4	3,0	-	-
De 1,01 a 1,5	16,9	9,6	31,9	17,3	-	-
De 1,51 a 3,0	58,6	40,1	52,3	42,8	-	-
De 3,01 a 5,0	13,5	22,0	6,8	17,0	-	-
De 5,01 a 10,0	3,3	15,0	1,2	9,3	-	-
Mais de 10	0,4	7,9	0,1	4,3	-	-
Não Classificados	2,1	2,8	2,4	6,3	-	-
Setores*						
Indústria	823,66	1.514,68	1.059,15	1.690,35	28,6	11,6
Construção Civil	711,93	1.064,25	899,98	1.178,60	26,4	10,7
Comércio	734,13	1.043,15	959,52	1.303,07	30,7	24,9
Serviços	810,54	1.812,03	1.006,88	2.112,58	24,2	16,6
Agropecuária	586,84	1.178,40	786,94	970,49	34,1	-17,6
Total	788,22	1.555,24	1.004,93	1.767,20	27,5	13,6

* Exclui não-classificados

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

A tabela 4 explicita a evolução do rendimento real médio dos jovens e adultos em Santa Catarina entre 2001 e 2010. Em 2011, os jovens recebiam em média R\$ 788,22, enquanto que o rendimento médio dos adultos era de R\$ 1.555,24, ou seja, os jovens recebiam em torno da metade dos adultos. No final da década, os dados revelam que o rendimento real dos jovens sofreu um aumento maior (27,5%) do que os demais trabalhadores (13,6%). Com isso, a diferença salarial entre esses dois estratos se reduziu para 43%. Em termos setoriais, o maior rendimento pago aos jovens em 2010 estava na Indústria, com R\$ 1.059,15; já o setor que pagava o menor rendimento era a agropecuária

(R\$ 786,94). Em termos relativos, entretanto, os setores da Agropecuária e do Comércio obtiveram a maior expansão relativa.

A evolução do rendimento real dos jovens diante da dinâmica geral das ocupações juvenis apontada na primeira parte do relatório permite entender melhor os desafios postos a esse segmento. Como vimos, entre os anos de 2001 e 2009 o crescimento da PEA juvenil foi acompanhado com a manutenção de um elevado patamar de desocupação. No mesmo período, conforme os dados do rendimento, o salário mensal dos jovens teve um crescimento real superior ao dos adultos. Em outras palavras, mesmo com uma taxa de desemprego alta, os salários apresentaram um crescimento real expressivo. Essa aparente contradição pode ser explicada por dois motivos, ambos interligados.

Em primeiro lugar o período destacado foi marcado por um forte movimento de valorização do salário mínimo, acima da taxa de inflação. Como os jovens recebem um piso salarial menor, a mudança de valor do salário mínimo afeta mais diretamente esse contingente. A outra hipótese está baseada numa possível presença de segmentação nos aspectos de qualificação, ocupação e faixa etária (o grupo de 15 a 19 dentro do grupo dos jovens). Essa segmentação restringiria os jovens a um posto que está mais adequado a preencher as vagas no mercado formal de trabalho, inserindo-se em empregos propriamente direcionado a essa faixa etária, mas que exige ainda assim um mínimo de qualificação. Diante da especificidade do subgrupo e de presença relativamente mais escassa, com o aumento da demanda por trabalho para jovens nos últimos anos houve uma elevação no salário .

O primeiro aspecto dessa questão encontra respaldo quando se olha o rendimento dos trabalhadores jovens segundo faixas de rendimento (tabela 4). Em 2001, 17% dos jovens recebia entre 1,01 salários mínimos (SM) a 1,5 SM, enquanto que 58% recebia entre 1,51 SM a 3 SM. Nove anos depois a participação dos jovens nesse primeiro quesito aumentou expressivamente, saltando para 32%, enquanto que para todas as demais faixas houve uma queda na participação.

CONJUNTURA: os jovens no mercado de trabalho formal em 2011

A dinâmica das ocupações juvenis em 2011 teve uma importância decisiva sobre o comportamento do mercado de trabalho como um todo em Santa Catarina. Em 2011, foram abertos 75.288 novos vínculos empregatícios celetistas, o que significa uma expansão de 3,8% em relação ao estoque total de empregos em dezembro de 2010⁴. Os jovens corresponderam à quase totalidade dessas novas vagas criadas: mais de 68 mil novos empregos se destinou a esse segmento, o que representa 90% do total de vagas geradas em Santa Catarina em 2011. Com esse resultado, houve um crescimento de quase 15% no número total de jovens com carteira de trabalho assinada, totalizando 525.554 vínculos (tabela 5). Ao que tudo indica, a manutenção do emprego em patamares positivos, após a forte aceleração das contratações em 2010, conduziu grande parte das ocupações ao segmento juvenil.

TABELA 5: Estoque de trabalhadores jovens e adultos em 2010 e saldo de admissão em 2011 para jovens e adultos

Subsetores Econômicos	Estoque 2010*		Saldo 2011*		Var. %	
	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos
Extrativa mineral	1.096	6.280	144	-111	13,1	-1,8
Indústria de produtos minerais não metálicos	7.879	26.670	1.369	639	17,4	2,4
Indústria metalúrgica	14.448	40.635	2.544	782	17,6	1,9
Indústria mecânica	12.410	38.586	2.391	97	19,3	0,3
Indústria do material elétrico e de comunicações	7.832	15.944	1.393	533	17,8	3,3
Indústria do material de transporte	4.705	12.569	1.032	124	21,9	1,0
Indústria da madeira e do mobiliário	15.171	51.430	1.188	-1.783	7,8	-3,5
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	7.245	21.124	1.225	-9	16,9	0,0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	4.023	10.743	652	-524	16,2	-4,9
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	13.936	32.945	1.267	-947	9,1	-2,9
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	52.995	120.535	2.618	-6.132	4,9	-5,1
Indústria de calçados	2.739	5.416	-101	-565	-3,7	-10,4
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	28.811	81.805	4.934	-675	17,1	-0,8
Serviços industriais de utilidade pública	1.429	15.893	371	222	26,0	1,4
Construção civil	16.935	72.110	4.617	3.799	27,3	5,3
Comércio varejista	113.585	213.326	15.423	518	13,6	0,2
Comércio atacadista	19.484	49.487	3.087	833	15,8	1,7
Instituições de crédito, seguros e capitalização	5.200	22.032	1.246	102	24,0	0,5
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	39.968	124.785	8.875	3.778	22,2	3,0
Transportes e comunicações	17.430	81.916	3.095	2.348	17,8	2,9
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	35.323	118.955	5.595	3.630	15,8	3,1
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	8.327	36.327	2.259	836	27,1	2,3
Ensino	7.273	56.525	1.580	398	21,7	0,7
Administração pública direta e autárquica	10.420	221.838	460	650	4,4	0,3
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	8.698	34.407	928	-1.447	10,7	-4,2
Total	457.362	1.512.283	68.192	7.096	14,9	0,5

* exclusive não classificados

Fonte: RAIS, CAGED/MTE; Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

⁴ Nesse valor não estão contabilizados as admissões e desligamentos realizados fora do prazo de declaração, uma vez que a desagregação desses dados por faixa etária não está disponível pelo sistema DARDO/WEB.

Quanto aos setores, a maior absorção de novas vagas destinadas aos jovens se deu no setor industrial, com 30% das vagas juvenis. O ramo da indústria alimentícia foi o que admitiu o maior número de jovens, com 4.934 novos postos, seguido pelo têxtil (2.618). Nos demais setores, o Serviços teve um saldo de 22.650 (somente o segmento de administração de imóveis absorveu 8.875 novas vagas) e o Comércio conferiu a abertura de 18.510 novas vagas. O interessante a se observar é que a dinâmica positiva na geração de vagas para os jovens segundo os setores econômicos contrastou com o desempenho dos adultos nos mesmos segmentos. Os casos mais notórios de tal fato se dão nos subsetores industriais e na agropecuária, onde inclusive houve contração absoluta no número de vagas de adultos com ampliação de oportunidades, no mesmo setor, para os jovens.

Tal fenômeno merece ser mais bem estudado, ligando a inserção nos setores com a estrutura ocupacional e rendimentos. De qualquer maneira, deve-se indicar que essa discrepância no saldo de contratação entre faixas ocupacionais pode estar relacionada com a rotatividade do mercado de trabalho, onde a substituição de um trabalhador em uma determinada ocupação por outro pode ser utilizada como forma de reduzir o montante da massa salarial da empresa. Conforme visto na tabela 4, apesar dos avanços dos rendimentos dos jovens, há uma forte diferença no nível de rendimento dos jovens em relação aos adultos.

Por último, em termos relativos, chama a atenção o crescimento no número de empregados jovens nos setores da construção civil, com uma ampliação de mais de 27% no total de jovens no setor, constituindo-se assim na maior variação relativa para esse segmento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, pode-se apontar que em Santa Catarina, no interstício desta primeira década do século XXI, os jovens apresentaram dentre as características principais, as seguintes situações: *i*) um decréscimo no peso relativo da população jovem no conjunto total da população; *ii*) um aumento na proporção de jovens economicamente ativos em relação ao quantitativo total da população juvenil – expresso na elevação da taxa de

participação; *iii*) acompanhando a trajetória recente do mercado de trabalho estadual e nacional para o conjunto da população, uma maior incidência de formalização dos postos de trabalho ocupados por jovens; *iv*) entretanto, os indicadores relacionados ao desemprego juvenil permanecem altos. Em termos absolutos, praticamente metade do total de desempregados à procura de empregos encontra-se na faixa etária juvenil, e quando se observa a situação por gênero, percebe-se o modo extremamente significativo com que o desemprego afeta as mulheres, principalmente no caso das mais jovens.

A participação do jovem catarinense no mercado de trabalho formal reflete a tendência acima apontada, de elevação da formalização. Contudo, a dinâmica verificada ficou aquém da apresentada pela população adulta. As condições de inserção do jovem no mercado de trabalho se mostraram instáveis ao longo do período, onde somente nos anos de aumento das atividades econômicas é que se presenciou uma incorporação dos jovens acima dos demais trabalhadores.

Em síntese, a partir dos dados coletados, é possível afirmar que a inserção da juventude no mercado de trabalho catarinense ainda guarda muitas deficiências. Mesmo com o menor crescimento da população jovem como um todo, o Estado assistiu a um crescimento da participação dos jovens no mercado de trabalho sem, contudo, uma geração de ocupações condizente com essa tendência, o que fez com que ao longo do período a taxa de desocupação se mantivesse em padrões elevados. Além disso, as conquistas obtidas no período, como aumento do rendimento real e da formalidade, evidenciam a segmentação das condições de trabalho para os jovens e entre estes, uma vez que apenas uma parcela consegue adentrar no mercado de trabalho formal, e quando assim o fazem, são submetidos a um rendimento menor do que o dos adultos.

As breves análises aqui efetuadas buscaram contribuir para um maior entendimento da relação jovem e mundo do trabalho catarinense. Um outro aspecto intimamente imbricado nessa relação se refere às condições de educação e qualificação a que são submetidos os jovens. Infelizmente, não foi possível neste presente documento cruzar as informações de trabalho/qualificação e educação. Mesmo assim é importante ressaltar essa forte ligação, principalmente tendo em vista a importância que tem para a elaboração de políticas públicas destinadas ao público jovem.

A inserção do jovem no mercado de trabalho é um tema problemático. Por um lado, deve ser incentivada diante das condições de remuneração da família. Por outro, a maior participação se reflete em um menor período da vida dedicado aos estudos e à qualificação profissional, comprometendo o desenvolvimento do indivíduo, restando ao futuro adulto a permanência em ocupações de baixo rendimento e precarizadas. Claramente, percebe-se que se trata de um ciclo vicioso, onde os filhos de famílias pobres buscam trabalhar cedo, e, quando adultos, seus filhos novamente são compelidos ao trabalho precoce.

As políticas públicas direcionadas aos jovens devem atuar na quebra desse ciclo: garantindo e estimulando, a curto prazo, a geração de trabalhos dignos aos jovens condizentes com o seu futuro e sua posição peculiar na família; e, num longo prazo, uma política educacional e de qualificação que coloque os jovens em uma outra condição no mundo do trabalho, em sintonia com o desenvolvimento econômico e social do país. Isso permitiria reduzir a participação do jovem no mercado de trabalho, principalmente com a redução do desemprego, e também garantindo a formação de profissionais adultos em ocupações qualitativamente condizentes com um projeto de desenvolvimento socioeconômico regional e nacional.